

Crise na habitação empurra mais pessoas para casas sem condições mínimas

Rita Marques Costa

Em 1981, quase 75 mil pessoas viviam em milhares de barracas espalhadas pelo país. Outras 50 mil moravam noutros tipos de alojamentos precários, definidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) como caravanas, casas rudimentares de madeira e outros locais não destinados à habitação. Em 2011, segundo o último Censo, o número caíra dramaticamente: 6690 em barracas e 10.758 em habitações precárias – menos 86%. Mas a associação Habita avisa: a crise no sector está a levar cada vez mais gente a viver sem ter asseguradas condições decentes.

O Levantamento Nacional sobre as Necessidades de Realojamento Habitacional – feito pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) em 2018 – acrescentou dados ao retrato. Nessa contabilização, que teve em conta todo o país, foram identificadas mais de 25 mil famílias a viver em condições insatisfatórias e que precisavam, por isso, de ser realojadas (120 municípios não identificaram necessidades ao nível da habitação). Dessas 25 mil famílias, 12 mil ainda moram em barracas ou construções precárias. Os municípios que têm o maior número de agregados nesta situação são Amadora (2335), Almada (1329), Loures (953) e Cascais (624). Já Lisboa tem apenas 27, segundo a informação transmitida pela autarquia.

Mas o retrato das condicionais habitacionais fica menos incompleto, se outros indicadores forem referidos – como o acesso à água da rede pública. Em alguns municípios (102) todas as casas são abastecidas por esta via. Já em Cinfães ou Marco de Canaveses, isso ainda não acontecia em 2017 em mais de metade das habitações.

Mesmo assim, as condições melhoraram muito e há dados que são reveladores. Na década de 1980 só 32% das casas tinham duche ou banheira; 58% estavam equipadas com instalações sanitárias; 60% tinham esgotos.

O último Censo diz que só 2% não têm duche, 0,9% não têm instalações sanitárias e 0,5% não têm ligação aos esgotos.

Mas há receios que se têm agravado. “O mercado está completamente inacessível às pessoas de baixos recursos”, denuncia Rita Silva, dirigente da Habita. Consequência: “Há quem monte novas barracas escondidas [do resto da população].” Estes números “não estão no levantamento que o IHRU fez há pouco tempo”, assegura.

Depois, “há pessoas que, vendo-se sem habitação, têm vindo a ocupar casas e que não conseguem ter acesso a água ou luz”, conta. “Quando estão em casas ocupadas, vivem de forma escondida. Apesar de as estatísticas globais terem diminuído, o que vemos é que, com a crise da habitação, há o perigo de que estas situações voltem a aumentar.” Esta realidade está “escondida”, concorda a investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Ana Cordeiro Santos. É algo que “ainda existe, mas passa despercebido”. O problema das más condições habitacionais afecta mais os arrendatários do que quem é dono da sua casa e sente-se mais nas zonas urbanas, uma vez que aí “a pressão imobiliária é enorme, os preços aumentaram e os salários não conseguem pagar arrendamento no mercado privado”, aponta Rita Silva.

Estas dificuldades não são exclusivas de Portugal. Por isso, a Habita e um conjunto de outras associações europeias vão lançar, a 28 de Maio, a petição “Habitação para toda a gente!”. O objectivo é reunir pelo menos um milhão de assinaturas na União Europeia e forçar o Parlamento a discutir o tema. Os promotores da iniciativa instam a Comissão Europeia a garantir, por exemplo, “um acesso mais fácil à habitação social e a preços acessíveis para todos” e a melhorar o acesso ao financiamento para “projectos de habitação sem fins lucrativos e sustentáveis”. **com J.G.H.**

rita.costa@publico.pt